Bárbara de Alencar

João Alfredo de S. Montenegro[1]

Modelo de mulher extraordinária, heroína da Revolução de 1817, cultivou Bárbara de Alencar, com esmero dotes inatos de liderança no meio familiar em que forjou o seu caráter. E num largo período da história brasileira em que o clã familiar constituia o agrupamento mais dinâmico na Sociedade, irrompendo vigorosamente nos cenários político, religioso e econômico.

Quem possuisse aqueles dotes haveria naturalmente de emergir com destaque no contexto dos acontecimentos, principalmente em se tratando de uma família prestigiosa, de boa ascendência no Cariri cearense, detentora de recursos que lhe davam excelente "performance" na Província.

Assim é que não poucos Alencares se projetaram e continuam a projetar-se na História do Ceará e até na do Brasil, como é o caso do Padre José Martiniano de Alencar, com certeza o maior político e administrador do Ceará Imperial, e com participação saliente na questão da *maioridade*, ao se decidir pela ascensão de Pedro II ao Trono, na ocasião em que cumpria mandato de Senador.

Este insígne homem público é filho de Bárbara de Alencar, herdeiro consumado da personalidade forte da mãe, do brilho de sua inteligência e do seu descortínio natural. O que fazia nascer o ideal de um futuro melhor para a pátria, liberta do domínio português e organizando-se como nação forte e pujante, livre e soberana.

Daí a participação como líder maior na Revolução de 1817, insurgindo-se contra o jugo da metrópole, levantando o Cariri em meio à conspiração de caráter liberal-maçônico.

Outro filho daquela heroína é Tristão Gonçalves de Alencar que, em outro momento da nossa história, precisamente em 1824, comanda no Ceará a Confederação do Equador, vitoriosa por pouco tempo, levando-o à presidência da Província.

---

(1) Professor Titular de História da Universidade Federal do Ceará, licenciado na disciplina, autor de obras de interpretações filosófica e sociológica de fatos políticos e religiosos. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará e ex-presidente da Academia de Ciências Sociais do Ceará.

Tão evidentes foram os gestos de heroísmo de Tristão, resumidos no acendrado amor à patria e à liberdade, que uniu a vida e a morte num mesmo holocausto de bravura, de desprendimento, de sacrifício, servindo de dignificante exemplo para as gerações futuras.

De sorte que o contexto, dentro do qual pautou Dona Bárbara os seus gestos heróicos, se inclui num período tumultuado da História do Brasil, na chamada quadra da Independência, em que dominava entre os patriotas o Liberalismo, a doutrina que pregava a garantia dos direitos individuais, sob a proteção de um Estado que conciliava a ordem e a liberdade. Um período em que os conflitos armados eram uma constante, já denunciando uma Sociedade que caminhava para a acomodação de sua pesada estrutura econômica, a se ressentir atrozmente de uma ordenada diferenciação de classes e de bens.

As dificuldades imensas que cercavam a vida dos índios, dos caboclos, dos *cabras*, convertendo-os em massa de manobra dos poderosos, conduzia-os à única via de sobrevivência que lhes forçava a se alistarem sob as ordens desses poderosos, trabalhando para eles ou servindo em seus *exércitos* privados.

As lutas de famílias, no seio de uma organização social em que o privatismo prevalecia, com o poder sendo disputado por senhores que dispunham de muita terra e de muita gente, entravam na conjunctura da Independência como um acréscimo inarredável.

As lutas pela Independência, os movimentos armados que se seguem até o período regencial, recebem o selo daquele privatismo, daquela disputa entre as famílias de maior prestígio e poder.

A família Alencar não poderia fugir a essa imposição histórica, e ela está presente, por isso mesmo, com vigoroso desempenho, na aludida conjuntura. Dentro dela se desenrola a ação heróica de Da. Bárbara.

Os Alencares fazem parte de uma árvore genealógica que já se apresenta viçosa no início do século XVII, ao impulso do povoamento dos sertões. A Casa da Torre de Garcia D'Ávila é a agência irradiadora de uma expansão incontida. Da Bahia partem bandeiras desbravadoras do "hiaterland", transpondo o rio São Francisco e alcançando vasta porção do Nordeste. Numa delas se integrou o Patriarca-mór da família Alencar no Brasil, Leonel de Alencar Rego.

Sai ele de Salvador, dirigindo-se para Exú, Pernambuco, onde se fixa. Pode-se precisar a data aproximada da chegada de Leonel e de seus irmãos a Exú: a primeira metade do século XVII.

A bandeira de Leonel de Alencar Rego foi o ponto de partida de acontecimentos importantes no Cariri, dela saindo o fundador de Barbalha, Antônio de Sousa Goulart.

Mas, qual o itinerário que aquele patriarca seguiu a partir do São Francisco? Atinge o riacho da Brígida, "partindo de sua foz até às nascentes na Serra do Araripe, estagiando em Monte Sombrio, hoje Acaraí e Várzea, para se fixar definitivamente no lugar denominado Caiçara, que arrendou à Casa da Torre, transformando em fazenda de criar e agricultar." (Ruth de Alencar Leão, Bárbara de Alencar, *in: Mulheres do Brasil*, 1º vol., Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1971, p. 179)

Entre outros, filho de Leonel é Joaquim Pereira de Alencar.

Por herança, fica com a fazenda *Caiçara*, próximo a Exú, entre outras propriedades. Não obstante ter posses no Rio Salamandra, Barbalha, nunca firmou domicílio no Cariri, e sim na *Caiçara*, "donde saiu velho, inválido e viúvo, para morrer no Sítio Pau-Seco, em Crato, de propriedade de sua filha Bárbara Pereira de Alencar.

Afora Bárbara, seus os seguintes filhos: Inácia Pereira de Alencar, casada em primeiras núpcias com o primo João Pereira de Carvalho. Morre no Crato em 1841 aos 77 anos de idade. Foi casada em segundas núpcias com Antônio Leão. Diz-se haver sido ela da mesma fibra de Da. Bárbara, e muito inteligente, ao redor dela se formando uma aura de grande respeito. Há quem diga que era a caçula da família, e teria sido criada por Da. Bárbara, sua madrinha. Luís Pereira de Alencar, caririense. Leonel Pereira de Alencar, nascido em Salamanca, Barbalha. Casado com uma jardinense, Maria Xavier da Silva. Trata-se do líder do movimento republicano de 1817, na vila do Jardim, onde cumpria as atribuições de Juiz ordinário. A 5 de maio do mesmo ano é preso, na repressão ao dito movimento. Vem para Fortaleza, juntamente com outros implicados nessa insurgência, e, em seguida, levado para cárcere na Bahia, em companhia de Bárbara, José Martiniano, Pe. Carlos José dos Santos Pereira de Alencar e Tristão de Alencar Araripe.Tem prisão relaxada em 1820 por Aviso Régio de 2 de dezembro do mesmo ano.

Tal a versão de João Brígido, colhida de *Ceará, Homens e Fatos*.

Alguns anos após, na Confederação do Equador, redobraria Leonel o seu heroismo, depois de dar o melhor de si pela vitória do movimento.

No rescaldo da revolta, é preso, então vereador da Câmara de Jardim, e submetido, ele e o filho Capitão Raimundo Pereira de

Alencar, à "Roda", cruel maneira de morrer, com uma cacetada na base do crâneo.

Ainda irmãos de Da. Bárbara, Genoveva, casada com o pernambucano Inácio Tavares Benevides, herói da Revolução de 1817. Iria Francisca de Alencar. Josefa Pereira de Alencar. Antônio Pereira de Alencar.

Da. Bárbara, como dito, era filha de Joaquim Pereira de Alencar e, inegavelmente, foi desse patriarca o filho que mais se destacou.

O batistério da ilustre senhora esclarece o lugar do seu nascimento. Ela veio ao mundo a 11 de fevereiro de 1760 na freguesia de Nossa Senhora de Cabrobó. Batizada pelo vigário Gonçalo Coelho de Lemos aos 5 de abril daquele ano. Seus pais: Joaquim Pereira de Alencar e Theodora Rodrigues da Conceição figuram naquela peça, bem como os avós paternos: Leonel de Alencar Rego e sua mulher Maria de Assunção de Jesús, ele natural da freguesia de San Martinho de Freixeira, Arcebispado de Braga, e ele natural da freguesia de São Pedro Velho, da cidade da Bahia.

Feito o devido cômputo, apura-se que Da. Bárbara contava, por ocasião da Revolução de 1817, a idade de 57 anos.

Foi, no decurso desse movimento sedicioso, que se formou por assim dizer a convicção testada de que era tempo de conseguir o Brasil a sua libertação política. Vivia a Colônia, então, o domínio truculento do Absolutismo português, que não dava tréguas a qualquer anseio de autonomia, que por ventura ela intentasse. Estão aí para exemplo as Inconfidências baiana e mineira, debeladas a sangue e a fogo, demonstrando que a metrópole não permitia terminasse em Independência a propagação natural e incontida de uma estruturação econômica, gerada através da formação de um sistema agrário-mercantil voltada para o exterior, e com os complementos fornecidos pelo comércio entre as Capitanias, pelo florescimento que alcançaram, pela expansão das nossas fronteiras econômicas, pelo crescimento da pecuária, das pesquisas e do comércio de minérios.

Instalavam-se, especialmente nas Capitanias do Norte e do Sudeste, fecundos fócos de irradiação do progresso de não poucas cidades, favorecendo o desenvolvimento das letras, da cultura em geral. O que abria campo para a recepção das idéias novas, e que estavam na fundamentação filosófica da Revolução Francesa, da Revolução Americana, dois estuários vigorosos do pensamento iluminista-liberal, e que influenciaram poderosamente a institucionalização da Liberdade na Europa e no novo mundo.

A Monarquia Constitucional no Brasil, as repúblicas nas Américas inglesa e espanhola, deixam bem patenteado o quanto contribuiram aquelas revoluções para um estado de coisas diferentes, sob a bandeira de novos regimes políticos, liberais-constitucionais, com uma armadura de direitos e de deveres descritos nas constituições, desta maneira prevenindo abusos e violações da liberdade de pensar, de falar, de escrever, de agir, resguardando as liberdades política, social, econômica e cultural, no interior de uma organização política munida dos instrumentos necessários para a realização plena dessas liberdades sem prejuízos para a convivência dos cidadãos, das instituições, da *Ordem*, para a auto-sustentação dessa mesma organização política.

A Maçonaria fazia às vezes dos atuais partidos políticos, arregimentando forças e pessoas influentes, num trabalho árduo de conspiração permanente em prol da libertação nacional.

No Ceará, o Ouvidor e Maçon Rodrigues de Carvalho era o grande conspirador, insinuando-se até no seio das famílias importantes, tentando atrai-las para a causa da liberdade.

Contra ele logo se indispôs o governador Manoel Inácio de Sampaio, absolutista convicto, nele enxergando um subversivo. Sampaio era um ardoroso defensor da Ordem e encarava com horror qualquer tentativa de desestabilização da mesma Ordem, a qual estava esteiada no binômio Trono-Altar, sacralizada. Não admitia que se lhe fizesse o menor arranhão.

Trava-se portentoso combate entre as duas autoridades, entre 1815 e 1817.

É claro o conluio, a concordância de pontos de vista, de ação, entre os Alencares, Da. Bárbara à frente, e o Ouvidor Carvalho.

A abertura dos portos em 1808 facilita sobremodo a marcha da conspiração, porquanto se tinha então perspectiva breve de libertaçao nacional, consoante ficou demonstrado com o movimento pró-Independência articulado poucos anos após. E era, realmente, incontida a tendência para a formação de nações soberanas na América, espancando um velho jugo que se tornara decrépito pela força do tempo, pelas transformações passadas pelo Capitalismo.

A presença de uma mulher do talhe de Da. Bárbara no movimento ora examinado é de molde a se fazer conjecturas sobre a sua participação com gestos de afirmação libertária nas diversas fases da insurgência de 17, animando os indecisos e contendo os desatina-

dos. Uma presença feminina que deveria refletir-se com um misto de assombro e de admiração no ânimo dos correligionários, dos revoltosos, injetando-lhes forças renovadas na luta contra a opressão portuguesa.

Ao apertar o cerco das milícias da Ordem, encontra-se na fazenda *Cipó*, situada entre o Ceará e a Paraíba, mais exatamente no Rio do Peixe. Aí é presa. E aqui surge a oportunidade para se dizer da inexatidão de alguns relatos acerca de fatos ligados à prisão da ilustre senhora e de seu companheiro de fuga. Théberge é responsável por versão questionada. Assim, sustenta o historiador Carlos Studart Filho não haver procedência na afirmação do mesmo Théberge, segundo a qual Da. Bárbara se lançara aos pés de Manuel Francisco de Mendonça, de quem recebera voz de prisão, sob alegativa de que o favorecera antes com a sua proteção. Ora, para Studart, e nisso sobeja-lhe razão, não se justificava atitude tão vil em quem sempre soubera conduzir-se com dignidade, com coragem, com fidalguia. Seria muito desabonador para ela e desmentiria todo um passado de lutas, de indormida paciência e de abnegação em defesa dos ideais a que jamais renunciaria.

Com a abnegada sertaneja, seria preso o vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, deveras "dedicado amigo e compadre".

Seus irmãos, Manuel C. da Silva Saldanha e Alexandre Carlos da Silva Saldanha, eram casados respectivamente com Antônia Pereira de Alencar e Josefa Pereira de Alencar, irmãs de Da. Bárbara.

Esta última seria recolhida ao "Quartel de 1ª linha, entre a fortaleza e a Cadeia do Crime, donde sahiu para as prisões do Recife e posteriormente da Bahia", conforme o depoimento autorizado do Barão de Studart, que desfaz o relato inverídico de que tenha sido encerrada sob uma abóbada no subsolo da fortaleza acima apontada. O relato infundado criado por Théberge se acha no seu "Esboço Histórico da Província do Ceará".

Testemunhos insuspeitos dão conta dos sofrimentos suportados pela insígne matrona e pelos seus companheiros de infortúnio no presídio a que se viram recolhidos. O que se continuaria numa das fortalezas da Bahia.

Os prisioneiros foram libertos em 1821, após jurada a Constituição portuguesa e quando "serenadas as paixões" e "julgada nula a devassa pelo Tribunal da Relação da Bahia".

Como prisioneira, Da. Bárbara não tergeversou um só momento, sempre exibindo o destemor característico de sua personalidade.

O infortúnio até lhe exornou o caráter com mais um traço – a resignação. Não a resignação apassivada e fruto da fraqueza, mas a que constitui prolongamento da abnegação, do sublime ideal. Resistiu com heroísmo, com paciência beneditina ao cerceamento de sua liberdade e da dos entes queridos, a todos animando com palavras de conforto e de confiança no futuro do Brasil. Certa estava de que aquele momento sofrido formava apenas um elo da cadeia de gestos nobres e grandiosos em prol do esmagamento do despotismo português, já começando a perder forças ante o inconformismo nacional.

Essa a lição admirável de que bem se aproveitou um dos prisioneiros, o seu filho Tristão Gonçalves, dando prosseguimento ao heroísmo da mãe seis anos depois, na revolta contra o despotismo de Pedro I, ou seja, na Confederação do Equador. Pois preferiu morrer, no combate de Santa Rosa, a se submeter aos agentes do Imperador.

Porém o que há de verdade sobre o episódio da prisão de Da. Bárbara e de seus filhos é o seguinte: não pairam dúvidas acerca do mau tratamento que, na primeira fase da reclusão, sofreram. A tradição ocorrente entre os Alencares confirma-o sobejamente. Assim como o depoimento de historiadores conscientes como o desembargador Paulino Nogueira e seu filho, o Dr. João Nogueira. Aquela tradição reproduz o fato de os alimentos dos presos serem remexidos com a ponta da baioneta do comandante da guarda, para averiguar se, entre eles, não havia bilhetes, armas etc.

João Nogueira afirma que, revoltado com o péssimo tratamento na prisão, Tristão feriu o braço e escreveu com sangue em papel de cigarro: "Hoje ou amanhã na ocasião da comida fugiremos, dê no que der." Ao receber o bilhete, Da. Bárbara, conhecendo o filho e sabendo das consequências de um gesto imprudente do mesmo, imediatamente remeteu o bilhete ao governador Sampaio que, ao lê-lo, se enternece e manda melhorar as condições da prisão, passando os prisioneiros a receberem melhor tratamento. São alojados em "quarto mais espaçoso e arejado, e permite-lhes que tomem roupas, tanto para cobrirem o corpo como os grilhões, bem assim que façam a barba e cortem o cabelo que já tinham muito grandes. A comida é melhorada e o tratamento mais humanizado até embarcarem..."

De modo que fica desfeita a lenda da prisão de Da. Bárbara, dos Alencares, em local que não oferecia a menor condição de recolhimento de quem quer que seja, considerando que se prestava tão somente para paiol onde eram recolhidas munições do serviço comum da fortaleza.

Disso dá também um testemunho valioso Gustavo Barroso.

E assim termina a etapa mais gloriosa da existência de Da. Bárbara. Justamente aquela em que exerceu ascendência mais direta e decisiva sobre o ânimo dos filhos, compelindo-os a exercitarem o ideal da liberdade, com o qual os tinha impregnado.

Um ideal de liberdade ainda puro, veiculado pelo Liberalismo autêntico, o radical, a que se filiaram Frei Caneca, Cipriano Barata, Padre Mororó e tantos outros. Um Liberalismo voltado para um novo Brasil, que tivesse deixado para trás quaisquer manifestações espúrias de autoritarismo, de Absolutismo..

Enquanto perdurou a influência direta sobre os ilustres filhos, esse o ideal pelo qual lutaram, sendo que um deles, Tristão, até a morte. Questão de temperamento também. Este era mais ardente, romântico e atirado. O outro, José Martiniano, mais contido, prudente e de raro senso político; daí haver, após o evento de 17, sopesado o seu comportamento, a sua ideologia, fazendo-os mais flexíveis. Em certo momento de sua longa trajetória política, após a Confederação do Equador, se converte a um tipo de Liberalismo em composição com a Ordem, com a tradição conservadora do país, desistindo de uma vez de projetos revolucionários.

Como dito há pouco, enquanto teve os filhos, ainda bastante jovens, sob a sua autoridade, Da. Bárbara os manteve por assim dizer vinculados ao revolucionarismo. O que atesta a presença decisiva de sua personalidade forte. E que se realça ainda mais, ao se ponderar que o patriarcalismo concedia posições privilegiadas, permitia influências maiores, geralmente, aos homens, ficando as mulheres em lugares subalternos, numa submissão completa que as isolava no recinto do lar. Sem manchar a sua dignidade, soube romper com preconceitos do tempo, que eram terríveis, entrando na arena histórica com um desempenho a traduzir acendrada vocação para a liderança comunitária e política, até então monopólio dos homens. Por isso, teve que suportar infâmias assacadas contra a sua honra, e produto das maquinações malévolas dos seus inimigos, que eram numerosos, e a se abrigarem principalmente na facção dos realistas, dos absolutistas-tradicionalistas empedernidos, que se molestavam de dupla maneira com as "liberdades" de Da. Bárbara. Primeiramente, porque feriam os seus pundonores, os seus sentimentos de honra privada, a sua concepção de vida familiar; em segundo lugar, porque não podiam, num prolongamento do sentimento patriarcalista, admitir que uma mulher até mesmo ousasse falar e, muito menos, praticar a política.

O fato é que o contexto de então no Cariri cearense era por demais carregado de ódios, de desencontros belicosos entre as facções liberal e realista. E a família Alencar, dada a indiscutível liderança que exercia aí, não escaparia aos ataques de mil formas, às assertivas injuriosas dos adversários/inimigos.

Compreende-se, por conseguinte, o que, aliás, jamais foi provado, a acusação que a heróica matrona sofreu, e partida inclusive de historiadores como João Brígido, faccioso e pouco cuidadoso na verificação dos fatos, segundo a qual fora amásia do Vigário Miguel Carlos Peixoto, do Crato, acima nomeado. Trata-se de uma injúria que atravessou as fronteiras da Província e alcançaria Pernambuco, onde, Mário de Mello, secretário do Instituto Arqueológico, por ocasião das comemorações alusivas ao centenário do movimento de 1817, chegaria a dar "ares" de axioma, de afirmação peremptória, àquela injúria.

Vale dizer: aos atrozes sofrimentos suportados por Da. Bárbara e seus filhos, mais este era acrescentado, ofendendo a honra deles. Por outro lado, corroborando o que se disse sobre este ponto, é de se reconhecer que a heroína em exame conseguira colocar-se muito acima da ignorância e da mediocridade reinantes no sertão em que habitava e desenvolvia as suas atividades.

Um trecho da carta de João Brígido a José Carvalho, aparece como significativo:

> "Mulher branca, rica e afamiliada com figuras poderosas do sertão do Ceará e Pernambuco, pessoa de primeira estima do vigário do Crato que, como seus colegas da localidade, primava no Cariri, dona Bárbara não deixava de incorrer na aversão da mestiçagem do Cariri pela soberba e fidalguia dos seus modos. Mui inteligente, lida e corrida era a primeira senhora daquela região. Arruda Câmara a tinha apontado já de tempo como chefe futuro dos patriotas do Crato quando chegasse a vez de erguerem o colo em Pernambuco *ergo* no Cariri, centro de grande população rude e supersticiosa."

Então, é fácil verificar o quanto era vítima de inveja, dos poderosos e da gente menos afortunada, a ilustre dama. E num meio em que as intrigas, os boatos, a injúria, a calúnia, faziam-se matéria do dia-a-dia dos desocupados, dos que se entregavam aos mexericos.

Ai da mulher que fosse audaciosa; era logo atacada, cercando-a de apodos, de histórias sem fundamento, numa rede de intrigas de que foi fértil o sertão cearense em tempos passados, para não ir adiante. Ai da mulher que demonstrasse inteligência, suplantando, em

meio ao machismo dominante, os homens; estes de imediato caiam sobre ela com mil insultos, destratando-a constantemente.

Na mulher, a inteligência era comparada à insânia, à leviandade; e um sentido mais elevado de moral cheirava a libertinagem. Se ingressava na política, o escândalo se tornava completo, principalmente quando ocupava posição de liderança. No tocante a esta, perceber-se-á melhor com a prefalada afirmação de Arruda Câmara, tal a fama que Da. Bárbara alcançara em Pernambuco.

A desenvoltura, o talento, a liderança, a vocação política dos filhos José Martiniano e Tristão, bem comprovam as qualidades natas, ora apreciadas, da mãe.

A esta altura, necessário que se diga não existir uma documentação copiosa sobre a matrona caririense. São poucos e esparsos os papéis que sobre ela restaram. O que leva o historiador a se basear muito na tradição oral, conservada especialmente pela família Alencar, mas que se retém por igual em arquivos públicos e privados. Através dela se recolhem informações preciosas.

Assim, entre outros dados, se verifica que Da. Bárbara se caracterizava pela austeridade dos costumes. Aliás, um traço das mulheres da elite sertaneja e urbana, praticamente imutável, não obstante outras demonstrações de caráter, de inteligência. Algo que se coadunava, realmente, com os costumes patriarcais da época, através dos quais, mesmo apresentando a moral um sentido superior, menos coagida pelos determinismos da rusticidade sertaneja, se via ela condicionada a padrões de comportamento que não podiam opor-se desabridamente à moral vigente. A qual trazia consigo um forte dualismo, ditado pela ambiguidade do mesmo comportamento, que era um na esfera privada e outro no domínio público. Neste se destacava um comportamento talhado para a justificação *exterior*, mediante o qual as aparências prevaleciam sobre a verdadeira realidade. Domínio dos homens, estes aí argumentavam e praticavam em termos de um discurso ensaiado, próprio para dar satisfação à coletividade, e deixando transparecer a preocupação em serem tidos e havidos por honestos, sérios, os seus agentes. E muitos, com efeito, nada deixavam a falar, exibindo uma conduta incensurável. Na condução dos negócios públicos, e em harmonia com um conceito de liberdade que os dignificava perante a opinião dos correligionários, dos eleitores, dos que acompanhavam sua trajetória política.

Contudo, ao Liberalismo que apresentavam na vida pública se opunha o despotismo que mostravam no lar, submetendo a esposa e os filhos, a parentela que o seguia, a uma autoridade incontrastável,

impedindo-os de tomarem atitudes independentes, enquanto prevalecesse a tutela forte do patriarca.

Aí as mulheres eram mais submissas que os homens, restritas que eram as suas atividades às prendas domésticas, sem direito de transpor o umbral da casa sem autorização do pai, do marido.

Tal o que se via na sociedade patriarcalista brasileira, bastante viva ao tempo de Da. Bárbara. Ora, para vencer tais costumes numa sociedade desta espécie, requeriam-se qualidades de personalidade, caráter, de inteligência, muito raras. Assim, o protagonismo, a liderança admirável de dama do Crato, ganha méritos maiores, ao se considerar o meio em que viveu e atuou, rompendo ao mesmo tempo com preconceitos e embaraços provenientes de dois setores: o público e o privado, sobrepondo-se à média dos homens, seus contemporâneos.

Na verdade, era uma personalidade, um caráter, fortes. O que ficou como legado para os filhos, José Martiniano e Tristão, sendo que este último ia ao extremo da impetuosidade, comandando homens a pulso de ferro, não recuando ao se ver compelido a usar de violência. Na Confederação do Equador daria numerosos exemplos de um temperamento impositivo e arrebatado.

E assim se vai armando o perfil de Da. Bárbara.

Aqui é de grande valia a retomada do depoimento de José Carvalho, descendente da matrona heróica. Ele, no aspecto da mencionada austeridade, é bastante significativo, e se baseia principalmente na narrativa de sua bisavó, Da. Luisa. Fornece luz sobre uma questão ligada às motivações do comportamento usual de Da. Bárbara. Fala que "tão escrupulosa era em motivos de honra e de moralidade que não admitia um só escravo amasiado; e, um dia, refugou receber, indignada, uma criança recém-nascida que uma parenta desviada lhe mandara apresentar".

Ora, esse entendimento moralista refletia muito bem a orientação ambígua da sociedade patriarcalista, que ela também assumia, demonstrando ser vítima de um preconceito, de uma visão limitada em assunto de família, de moral privada e, de outro ângulo, aparecer como ousada, libertária, no domínio público, coletivo.

Ela cumpria um papel excepcional, porquanto, consoante visto, somente os homens, geralmente, sujeitavam-se àquela orientação. Algo que espelha uma situação estrutural. Isto é: uma sociedade fundamente subdesenvolvida, atrasada, onde se observava o grande número de homens desocupados, entregues à jogatina, ao crime,

à vadiagem, com uma produção latifundiária extremamente limitada, insuficiente para prosperar o trabalho regular, disciplinado.

Disso dá exuberante descrição Georges Gardner ao visitar o Cariri cearense. Está-se diante de uma estrutura social terrivelmente frágil e desorganizada. A moralidade alcança aí níveis assustadoramente baixos. As rixas são frequentes. O amasiamento é comum, dispondo os homens de concubinas poucos anos após o casamento e colocando as suas esposas em situação muito desconfortável, chegando ao ponto de substituí-las por aquelas. Isso naturalmente entre os afortunados e remediados, porque na classe "inferior" campeia desbragada prostituição. O clero não fica atrás, mantendo também os padres concubinas.

Tudo isso vem corroborar ainda mais o procedimento austero e ao mesmo tempo ousado, dominante, de Da. Bárbara.

Não é evidente que, em meio a esse naufrágio geral, ela se sobrepunha a tão graves desajustamentos, não deixando curvar-se ao descalabro generalizado?

Na intimidade do lar soube forjar caracteres, retemperados pela austeridade de uma educação que por assim dizer excluia daquele descalabro gerações inteiras. Apontou-lhes a trilha autêntica, a ser corrida, a qual conciliava a liberdade com a autoridade, a fórmula política que a nação adotaria, tornando possível um regime mais amenizado, embora ainda limitado pelo autoritarismo. De qualquer modo fez-se mais aberto aos valores de uma convivência mais equilibrada os diversos segmentos sociais.

A lição de austeridade e de disciplina que transmitiu aos amigos, aos parentes, a uma descendência pontilhada por nomes ilustres, como o escritor José de Alencar, seu neto, contribuiu para dar muito mais concreto ao ideal da liberdade, impedindo que o radicalismo liberal se transformasse em anarquia institucionalizada, desservindo ao país.

Nesse rol de considerações, valioso dizer que a renomeada senhora deu a sua contribuição à pátria em duas fases bem distintas: a primeira, em que acolheu com entusiasmo o Liberalismo radical corajosamente por ele se imolando o filho Tristão; a segunda, em que serenados os ardores causados por uma conjuntura trepidante, acatou o Liberalismo conservador, dele o filho José Martiniano legítimo representante, após a Confederação do Equador.

Esta última fase é a do realismo, quando verificada a impossibilidade de se vencer a curto ou a prazo médio, e pelas armas, as estruturas de poder que, desde a Colônia, dominavam a vida nacional, restringindo a expansão da liberdade, ou cingindo-a os detentores da propriedade e dos *benefícios* régios. Isso se de direito, formalmente, a Constituição e as leis ordinárias a todos contemplassem com a mesma liberdade.

Os liberais radicais, e nisso Da. Bárbara dá claro exemplo dos românticos, sonhavam com a ruptura imediata dos grilhões autoritários, enlevados por um ideal que estava muito ligado contingências sócio-econômicas e culturais do Brasil. Era numa esfera ética, que forçava o voluntarismo, a vontade de realizar projetos sem atinar com os obstáculos a eles. Isso, aliás, se harmonizava muito com o caráter dominador de Da. Bárbara, inclinada a levar aquele voluntarismo às últimas consequências, em período turbulento de sua existência.

Os liberais conservadores eram pessoas pragmáticas, habituadas a utilizarem as velhas estruturas de poder para atenderem a seus interesses. Ou talhados no regime da velha Ordem, mantida quase de todo intacta mediante os arranjos da Ordem emergente com a Independência.

Nessa segunda fase completaria a nossa heroína o arcabouço de sua personalidade, integrando-se com aprumo num novo estado de coisas até a sua morte, ocorrida na fazenda *Touro*, no limite do Ceará com o Piauí, e com a idade de 72 anos, precisamente em 1832, refugiando-se de perseguição dos partidários de Joaquim Pinto Madeira, o célebre chefe regressista que, naquele ano, conflagrava o Ceará e adjacências da Paraíba e de Pernambuco.

Dela disse Ruth de Alencar haver legado "às mulheres posteriores um novo campo, um fertilíssimo campo onde se podia mostrar o valor cívico e patriótico do espírito feminino".

Bibliografia

ALENCAR, Ruth de. *Bárbara de Alencar, in: Mulheres do Brasil*, Vol. 1°, Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1971.

Barroso, Gustavo. A falsa prisão de Da. Bárbara de Alencar, in: À Margem da História do Ceará, Fortaleza, Imprensa Universitária

do Ceará, 1962.

Brígido, João. Ceará (Homens e Fatos), Rio de Janeiro, Tip. Besnard Frères, 1919.

Studart Filho, Carlos. A Revolução de 1817 no Ceará e Outros Estudos, Fortaleza, Tip. Minerva, 1961.

Studart, Guilherme (Barão de Studart). Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense. Vol. 1°.

Théberge, Pedro. Esboço Histórico sobre a Província do Ceará, Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1973.